

INCLUSÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NA ESCOLA REGULAR: AVANÇOS E EXPECTATIVAS

Flúvia Ribeiro Bastos¹
Vini Rabassa da Silva²

Introdução

Ao longo da história, a pessoa com deficiência³ foi sendo tratada de diferentes maneiras. As ações destinadas a esse segmento têm sido desenvolvidas compreendendo desde ações assistencialistas e segregacionistas até propostas mais emancipatórias e autônomas. Atualmente, a questão dos direitos sociais da pessoa com deficiência vem conquistando seu espaço nos fóruns de discussão de políticas sociais, visando principalmente à inclusão social⁴.

No Brasil, têm-se constatado o aumento da formulação de políticas e ações governamentais para buscar a inclusão deste grupo. A resposta da sociedade para a realidade vivenciada por estas

¹ Assistente Social graduada pela Universidade Católica de Pelotas (UCPel) e aluna de pós-graduação no curso de Doutorado em Política Social da UCPEL, e-mail: fluviarbastos@gmail.com.

² Assistente Social, Doutora em Serviço Social, Professora Adjunta IV no Curso de Serviço Social e no Programa de Pós-Graduação em Política Social da Universidade Católica de Pelotas/UCPEL.

³ De acordo com a Convenção dos Direitos das Pessoas com Deficiência realizada em 2006, entende-se por pessoas com deficiência “aquelas que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas (ONU, 2006, art. 1º). O Decreto Legislativo nº 186, de 2008 aprova a convenção dos direitos das pessoas com deficiência, utilizando essa nova terminologia para o sujeito deficiente.

⁴ A inclusão das pessoas com deficiência em nossa sociedade remete à participação ativa desses sujeitos em todas as atividades da vida social, econômica e política, garantindo o acesso aos direitos sociais.

peças pode ser resumida em três grandes modalidades: exclusão, integração e, mais recentemente, a busca da inclusão social. Assim, aos poucos, foram sendo evidenciadas conquistas como resultado de reivindicações encaminhadas por entidades representativas e movimentos sociais, com a participação ativa de pessoas com deficiência e suas famílias. Entre os direitos sociais conquistados destaca-se o direito à educação inclusiva.

Entretanto, a educação inclusiva ainda é pouco compreendida por uma sociedade habituada com a segregação do diferente, e carente tanto de instituições com infraestrutura física adequada, como de recursos humanos capacitados pedagogicamente para desenvolver uma educação com esta perspectiva e, também, preparados para a atuação interdisciplinar, a fim de atenderem às diferentes necessidades e interesses dos educandos, das famílias e da comunidade.

O profissional de serviço social historicamente tem atuado em instituições que prestam atendimento às pessoas com deficiência, sendo responsável prioritariamente pelo trabalho junto com as famílias, a fim de propiciar o acesso a direitos sociais e, até mesmo, em preparar as famílias para que estas favoreçam a integração na vida social. Este acúmulo de experiência tem evidenciado a importância do núcleo familiar, isto é, daqueles que convivem cotidianamente com a pessoa com deficiência, unidas por laços consanguíneos ou de afeto, para o seu desenvolvimento e conquista de autonomia.

Por isto, entende-se ser fundamental ao refletir sobre avanços realizados em relação à própria concepção sobre pessoas com deficiência, e, principalmente sobre a proposta da educação inclusiva considerar o núcleo familiar como protagonista em todo o processo educativo das crianças e adolescentes. Isto não pode ser confundido com secundarizar a importância da escola, exigindo que a família garanta as condições especiais requeridas pelo educando. Ao contrário, significa que escola e família necessitam atuar em conjunto, trocando informações e saberes, com o objetivo comum de melhor desenvolver o conhecimento e as habilidades compatíveis com as possibilidades de cada educando. Por isto, é

fundamental a existência de uma efetiva aproximação entre família, escola, comunidade, e o profissional de serviço social que, pelo conjunto de competências e habilidades que caracterizam a profissão, pode ser o principal facilitador deste processo.

Entende-se que a perspectiva da educação inclusiva além de exigir uma nova cultura da sociedade em geral, capaz de conviver com as diferenças, tem como exigências o reconhecimento da importância do núcleo familiar, uma boa formação pedagógica de todos os agentes educacionais, a existência de uma infraestrutura adequada nas instituições escolares, e a existência de uma equipe interdisciplinar no desenvolvimento do processo educativo de crianças e adolescentes. Por outro lado, compreender o seu significado, de forma associada com a integração e a educação especial, reconhecendo os avanços é imprescindível para melhor interpretar os seus desafios. E, conhecer as expectativas de responsáveis por crianças e adolescentes com deficiência a respeito da inclusão escolar pode ser um valioso meio para direcionar ações que visem superar alguns dos desafios presentes no vasto caminho a ser percorrido.

Assim, considerando que este é um tema emergente na educação apresenta-se, a seguir, uma breve retomada das características da educação inclusiva, e da política da educação especial na perspectiva da integração e da educação inclusiva, seguida de alguns resultados de uma pesquisa de campo realizada com responsáveis por crianças e adolescentes com deficiência pertencentes à rede pública de ensino municipal. Finalmente, com a intenção de estimular a continuidade e o aprofundamento desta reflexão, são traçadas algumas considerações finais provocadas pela interrelação da perspectiva teórica com a realidade manifestada na aplicação da pesquisa.

1. A perspectiva geral da educação inclusiva

Uma análise histórica da educação especial no Brasil permite perceber que, durante um logo tempo, as entidades destinadas à

educação da pessoa com deficiência atuaram de forma isolada, centradas no atendimento médico-assistencial.

Como em toda trajetória social da pessoa com deficiência, a educação, passou por quatro fases: a fase da exclusão na qual as pessoas com deficiências eram excluídas do convívio escolar; a fase da separação, quando começaram a criar instituições escolares especializadas para o atendimento educacional de crianças com deficiência⁵; a fase da integração escolar quando as crianças passaram a ser inseridas no sistema regular de ensino, tendo de se adaptar às regras e ao padrão “normal” de alunos; e por fim, a fase da inclusão na qual se acentua a não exclusão da criança no sistema regular de ensino. Nesta última fase, pessoas com diferentes características são acolhidas sem distinção na escola e na sociedade (NUNES, 2008).

O discernimento das palavras “integração e inclusão”, muitas vezes reconhecidas como similares, é importante para o desenvolvimento da educação inclusiva, pois, apesar de possuírem significados semelhantes no dicionário da língua portuguesa⁶, quando associadas às pessoas com deficiência, passam a designar posicionamentos teóricos e ações diferentes (MANTOAN, 2003).

A integração segue a perspectiva do modelo médico de compreender a deficiência, desta forma entende que as pessoas com deficiência é que precisam ser tratadas e habilitadas, a fim de se adequarem às normas, padrões e exigências da sociedade. A noção básica da integração é, portanto a normalização dos sujeitos (MANTOAN, 2003).

No espaço educativo, a integração aproxima-se da ideia de o aluno ou a pessoa dever adaptar-se àquilo já posto. Isto é, as pessoas deverão ser preparadas para responderem às exigências feitas às demais consideradas “normais”, para desta forma,

⁵ Cabe salientar que a criação destas instituições especializadas só ocorreu devido ao movimento social feito pelos pais de crianças com deficiência que, de maneira organizada formaram espaços de luta para criação de um atendimento educacional (NUNES, 2008).

⁶ De acordo com o Dicionário Brasileiro Globo (FERNANES; LUFT; GUIMARÃES, 1996, p. 357), a palavra “integração” vem do latim *integratio* e tem como significado “inteirar, completar; achar ou determinar a integral de”. E a palavra “inclusão” se refere ao “ato de incluir”, ou seja, significa “abranger, inserir, envolver” (FERNANES; LUFT; GUIMARÃES, 1996, p. 349).

atingirem o padrão dito normal, atendendo as metas do sistema escolar. Assim, caso o aluno não atenda a todos os requisitos daquele nível de ensino, ele deverá ser separado, para não comprometer o desenvolvimento dos demais. Assim, de acordo com esta perspectiva nem todas as pessoas com deficiência têm espaço nas salas de aulas regulares.

A perspectiva da inclusão remete ao “processo pelo qual a sociedade se adapta para poder incluir, em seus sistemas sociais gerais, pessoas com necessidades especiais e, simultaneamente estas se preparam para assumir seus papéis na sociedade” (SASSAKI, 1997, p. 41). A inclusão social, portanto, sob esse ponto de vista, constitui “um processo bilateral no qual as pessoas, ainda excluídas, e a sociedade buscam, em parceria, equacionar problemas, decidir sobre soluções e efetivar a equiparação de oportunidades para todos” (SASSAKI, 1997, p. 41).

Nessa perspectiva, da inclusão escolar, a escola deve organizar-se de modo a conseguir atender às necessidades educacionais de todas as pessoas, compreendendo que “cada aluno possui características históricas, sociais e orgânicas diferenciadas” (FOGLI; FILHO; OLIVEIRA, 2008, p. 116).

Segundo as Diretrizes Nacionais da Política para a Educação Especial na Educação Básica (2001, p. 20), inclusão pode ser definida nos seguintes termos:

Garantia a todos, do acesso contínuo ao espaço comum da vida em sociedade, sociedade esta orientada por relações de acolhimento à diversidade humana, de aceitação das diferenças individuais e de esforço coletivo na equiparação de oportunidades de desenvolvimento com qualidade, em todas as dimensões da vida.

Entende-se, por isso, que incluir é permitir às pessoas com deficiência conseguirem acessar e efetivar seus direitos enquanto cidadãos, fornecendo meios para que possam usufruí-los. Nesta perspectiva, incluir na educação é apenas uma etapa no desafiador caminho para a inclusão social.

Promover a inclusão de deficientes significa, sobretudo, uma mudança de postura e de olhar acerca da deficiência. Implica quebra de paradigmas, reformulação do nosso sistema de ensino para a conquista de uma educação de qualidade, na qual o acesso, o atendimento adequado e a permanência sejam garantidos para todos os alunos (SERRA, 2008, p. 33).

Portanto, refletir sobre a proposta para uma educação inclusiva faz reviver a vontade e a importância de lutar pela universalidade dos direitos humanos e sociais e pelo respeito às diferenças sociais, culturais, políticas e físicas da pessoa humana. A educação inclusiva representa, então, a atual fase do direito à educação da pessoa com deficiência, no Brasil.

Para reforçar e aprofundar as distinções sobre os termos “integração e inclusão” apresenta-se, a seguir, um quadro, que permite melhor compreender as suas diferenças.

Quadro 1 – Diferenças entre integração e inclusão escolar

INCLUSÃO	INTREGRAÇÃO
A inserção é total e incondicional (crianças com deficiência não precisam "se preparar" para ir à escola regular).	A inserção é parcial e condicional (crianças "se preparam" em escolas ou classes especiais para estar em escolas ou classes regulares).
Exige rupturas nos sistemas.	Pede concessões aos sistemas.
Mudanças que beneficiam toda e qualquer pessoa (não se sabe quem "ganha" mais; TODAS ganham).	Mudanças visando prioritariamente a pessoas com deficiência (consolida a ideia de que elas "ganham" mais).
Exige transformações profundas.	Contenta-se com transformações superficiais.
Sociedade adapta-se para atender às necessidades das pessoas com deficiência e, com isso, se torna mais atenta às necessidades de TODOS.	Pessoas com deficiência se adaptam às necessidades dos modelos que já existem na sociedade, que faz apenas ajustes.
Defende o direito de TODAS as pessoas, com e sem deficiência.	Defende o direito de pessoas com deficiência.
Traz para dentro dos sistemas os grupos	Inserem nos sistemas os grupos de

de "excluídos" e, paralelamente, transforma esses sistemas para que se tornem de qualidade para TODOS.	"excluídos que provarem estar aptos".
O adjetivo inclusivo é usado quando se busca qualidade para TODAS as pessoas com e sem deficiência (escola inclusiva, trabalho inclusivo, lazer inclusivo etc)	O adjetivo integrador é usado quando se busca qualidade nas estruturas que atendem apenas as pessoas com deficiência consideradas aptas (escola integradora, empresa integradora etc)
Valoriza a individualidade de pessoas com deficiência (pessoas com deficiência podem ou não ser bons funcionários; podem ou não ser carinhosos etc);	Como reflexo de um pensamento integrador podemos citar a tendência a tratar pessoas com deficiência como um bloco homogêneo (exemplos: surdos se concentram melhor; cegos são excelentes massagistas)
Não quer disfarçar as limitações, porque elas são reais	Tende a disfarçar as limitações para aumentar a possibilidade de inserção
Não se caracteriza apenas pela presença de pessoas com e sem deficiência em um mesmo ambiente	A presença de pessoas com e sem deficiência no mesmo ambiente tende a ser suficiente para o uso do adjetivo integrador

Fonte: Quadro de autoria de Claudia Werneck, extraído do primeiro volume do Manual da Mídia Legal: comunicadores pela inclusão (2002).

Analisando o Quadro 1, pode-se perceber a peculiaridade da integração e da inclusão escolar. Considerá-las similares é correr o risco de mascarar a própria proposta das políticas inclusivas, pois é necessário ter cuidado para não formular políticas sociais com a perspectiva da inclusão e, no momento de implementá-las, adotar o paradigma da integração.

A proposta da educação inclusiva não se vincula apenas ao direito à educação deste grupo. Ao contrário, ela busca trazer para o cotidiano escolar todos os sujeitos que tiveram, durante sua trajetória, a marca do estigma e da exclusão (pessoas com

deficiência, superdotados, pobres, negros, homossexuais). Além disso,

A proposta de educação inclusiva traduz uma aspiração antiga, se devidamente compreendida como educação de boa qualidade para todos e com todos buscando-se meios e modos de remover as barreiras para a aprendizagem e para a participação dos aprendizes, indistintamente (CARVALHO, 2009, p.65).

A proposta de educação inclusiva apresenta-se como uma nova forma de organizar e constituir as relações sociais, atingindo a escola para logo após estender-se na sociedade como um todo. Representa uma forma de concretizar direitos de uma população que se encontrou durante muito tempo à margem do sistema educacional regular, propondo discussões que potencializem o respeito às diferenças, incentivando a participação da comunidade no ambiente escolar. Ela não visa à homogeneização dos alunos, padronizando-os em um modelo ideal, mas busca valorizar toda a heterogeneidade e a pluralidade existentes nesse campo.

A década de 1990 é primordial para compreender esta nova perspectiva inclusivista adotada pela educação. Nela se realizaram dois encontros considerados essenciais para a proposta de educação inclusiva. O primeiro teve aprovada a Declaração Mundial sobre Educação para Todos, originada da Conferência Mundial de Educação na Tailândia (ONU, 1990), promovida pelo Banco Mundial (BM). Seu objetivo foi fazer os Estados assumirem compromissos frente ao poder internacional, de realizarem propostas para acabar com o analfabetismo e disseminar o acesso ao ensino fundamental para todos os cidadãos (DELOU, 2008).

O segundo encontro, considerado o marco da educação inclusiva, aconteceu em 1994, na cidade de Salamanca (Espanha). A Conferência Mundial sobre “Necessidades Educativas Especiais: Acesso e Qualidade” apontou para novas perspectivas em educação especial, pautadas por uma perspectiva de educação inclusiva. Assim, desse encontro, adveio uma Declaração nomeada Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994) que aposta em uma educação para todos, segundo a qual a pedagogia da escola deve ser

construída a partir do aluno. Isto é, o aluno deve ser o centro da escola, que deve planejar as suas atividades de acordo com o movimento dos seus integrantes, abordando as suas necessidades no âmbito escolar, conhecendo e desenvolvendo as suas potencialidades.

O documento versa sobre algumas maneiras de se conseguir a educação inclusiva, salientando, para isso, ser preciso reorganizar os currículos, os projetos pedagógicos, qualificar professores e funcionários, tornar os ambientes físicos acessíveis, buscar apoio com os pais e com a comunidade (UNESCO, 1994). O seu principal desafio, de acordo com o item 3º da Declaração de Salamanca, é “o desenvolvimento de uma pedagogia centrada na criança e capaz de bem sucedidamente educar todas as crianças” (UNESCO, 1994), inclusive aquelas com graus de deficiência mais severos.

O ensino à criança com necessidades educativas especiais exige não só dos professores, mas também da escola como um todo (direção, corpo técnico, funcionários e conselhos escolares) uma nova maneira de pensar a educação, uma abordagem que consiga compreender as diferentes formas de ensino-aprendizagem e procure romper com métodos antigos do ensino. Conforme a Declaração de Salamanca, “as escolas deveriam acomodar todas as crianças independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras”. Além da orientação geral, a Declaração vai aos casos particulares, afirmando que as escolas deveriam

incluir crianças deficientes e superdotadas, crianças de rua, e que trabalham, crianças de origem remota ou de população nômade, crianças pertencentes às minorias linguísticas, étnicas ou culturais, crianças de outros grupos em desvantagem ou marginalizados (UNESCO, 1994, item 3).

O ingresso na escola é o momento em que a criança insere-se numa nova organização social, onde entra em contato com um novo mundo, cheio de coisas para serem descobertas e aprendidas. Porém, esse aprendizado não acontece sozinho, mas sim, em

interação com o outro, com seus colegas, professores, profissionais e familiares. Na escola, podem ser construídos ou quebrados preconceitos.

Assim, pensar nessa proposta de educação inclusiva significa repensar não só a maneira pedagógica do ensino, mas também significa apropriar-se de novos significados e valores, partindo para uma perspectiva plural de respeito às diferenças, construindo novos espaços de cidadania e de uma sociedade justa. O princípio da inclusão é perceber que todos são diferentes e a educação é para todas as pessoas (UNESCO, 1994).

Outros dois aspectos da Declaração de Salamanca merecem destaque. O primeiro diz respeito ao atendimento em classes e escolas especiais, expondo que esse atendimento deve ser exceção para crianças/adolescentes com deficiência, pois apenas aos casos mais severos, prejudiciais tanto à própria criança/adolescente como aos demais alunos devem ser proporcionados espaços separados. O segundo está vinculado ao item 19 da mesma Declaração (UNESCO, 1994) o qual afirma que as escolas ou classes especiais podem ser mais adequadas à educação dos surdos e das pessoas surdo/cegas, devido às suas necessidades particulares de comunicação.

Apesar destas declarações e estudos sobre a educação inclusiva, continua ainda um grande debate entre a educação em escolas especiais e a educação inclusiva. Alguns profissionais e estudiosos posicionam-se a favor da educação inclusiva (MANTOAN, 2003) e outros se manifestam a favor de escolas especiais (SKLIAR, 1997⁷). Para Skliar (1997, p. 6),

se o critério para afirmar a singularidade educativa desses sujeitos é o de uma caracterização excludente a partir da deficiência que possuem, então não se está falando de educação, mas de uma intervenção terapêutica; se acredita que a deficiência, por si mesma, em si mesma, é o eixo que define e domina toda a vida pessoal e social dos sujeitos, então não se estará construindo um verdadeiro processo educativo, mas um vulgar processo clínico.

⁷ Esse autor desenvolve trabalhos bastante significativos especialmente com relação às pessoas surdas.

Além disso, segundo Nunes (2008, p. 51) é preciso ter cuidado, pois muitas vezes “a longa existência e a prática da segregação escolar estabeleceram a cultura e a consciência, nas escolas especiais e nos próprios educadores especiais, de que não se poderia educar os alunos com deficiência em qualquer outro lugar a não ser nas escolas especiais”.

Esse fator irá influenciar fortemente a educação da criança/adolescente com deficiência, pois, se os próprios professores não acreditam nessa perspectiva da educação, sua atividade poderá levar em conta muito mais os limites do que as potencialidades dos alunos. Dessa forma, é preciso trabalhar também com a concepção dos educadores, pois a educação inclusiva só poderá ser bem sucedida, se tiver o apoio e a participação de todos os profissionais.

2. A política de educação especial na perspectiva da educação inclusiva

A política de educação especial na perspectiva da educação inclusiva, bem como as demais políticas sociais brasileiras, são frutos da luta do movimento social nacional e internacional de inclusão da pessoa com deficiência. Dessa maneira, depois da Declaração de Salamanca, muitos países começaram a organizar seus sistemas educacionais a partir da proposta inclusiva.

No Brasil, o primeiro programa de educação inclusiva: “Direito à Diversidade” surge no ano de 2003, com os objetivos de: garantir a entrada e a permanência às crianças e aos adolescentes com necessidades educacionais especiais no sistema de educação pública; difundir a política baseada nos sistemas educacionais inclusivos; apoiar o processo de implementação nos municípios brasileiros (BRASIL/MEC, 2010). Este programa foi disseminando a ideia de construir um sistema educacional, para dar acesso a todas as pessoas (sem discriminação) ao ensino regular, procurando universalizar o direito à educação.

Após quatro anos desenvolvendo o programa e capacitando os municípios para concretizar os ideais de uma educação inclusiva, no ano de 2007, as ações de inclusão das pessoas com deficiência na educação regular recebem uma política própria, sendo elaborado um documento oficial pelo Grupo de Trabalho⁸ nomeado pela Portaria Ministerial nº 555, de 05 de junho de 2007, prorrogada pela Portaria nº 948, de 09 de outubro de 2007, a qual estabelece a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.

O objetivo desta política é propiciar o acesso à participação e à aprendizagem dos alunos com deficiência, transtorno global do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação nas escolas regulares. Para isto, ela tem, como objetivos específicos, garantir:

- acesso com participação e aprendizagem no ensino comum;
- oferta do atendimento educacional especializado;
- continuidade de estudos e acesso aos níveis mais elevados de ensino;
- promoção da acessibilidade universal;
- formação continuada de professores para o atendimento educacional especializado;
- formação dos profissionais da educação e comunidade escolar;
- transversalidade da modalidade de ensino especial desde a educação infantil até a educação superior;
- articulação intersetorial na implementação das políticas públicas.

Este documento reforça o artigo 2º da Resolução do CNE nº 2/2001, que determina: “Os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, cabendo às escolas organizarem-se para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais, assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos” (BRASIL, 2001, art. 2).

⁸ A referida comissão foi composta por profissionais da Secretaria de Educação Especial/MEC e por colaboradores (pesquisadores na área da educação) que discutiram e construíram em conjunto as novas diretrizes que subsidiarão as práticas educacionais nas escolas de nosso país (SPERONI, 2010).

Assim, a educação especial passa a integrar a proposta pedagógica da escola regular, sendo elemento necessário para garantir o desenvolvimento e a participação dos alunos. Com esta perspectiva, o “duelo” entre escolas especiais e escolas regulares vai sendo amenizado⁹, pois se entende que as duas podem caminhar juntas na busca pela inclusão dos alunos com deficiência. Entende-se que a escola especial deve vir a ser um suporte e um meio de capacitação dos profissionais para trabalharem com as necessidades educacionais de seus alunos.

Importa ressaltar que a participação escolar abordada na política de educação especial na perspectiva da educação inclusiva refere-se ao direito de todas as pessoas serem

assistidas nas escolas de sua comunidade, participando nas atividades com todos os seus companheiros e no currículo comum tanto quanto seja possível. Todos os meninos e meninas têm direito a educarem-se em um contexto comum, que assegure sua futura integração e participação na sociedade (GUIJARRO, 2005, p. 10).

Participar dos espaços escolares reporta-se ao envolvimento do aluno nas diferentes atividades desenvolvidas pela escola, não só relacionadas às atividades curriculares, mas também às demais ações propiciadas: grupos de dança, teatro, ginástica, aulas de violão, capoeira, encontros escolares, palestras educacionais, passeios turísticos, entre outros. Participar também está vinculado ao envolvimento e à abertura proporcionada pela escola aos alunos e aos responsáveis por eles, para poderem discutir o Projeto Político Pedagógico (PPP) escolar e contribuir na avaliação das ações que vêm sendo desenvolvidas, apontando críticas e fazendo sugestões, favorecendo a construção de um espaço democrático, no qual todos tenham voz e sejam ouvidos.

Pelo Decreto Legislativo nº 6571, de 17 de setembro de 2008, a Secretaria de Educação Especial (SEESP) atua no apoio técnico e

⁹ Neste momento, utiliza-se o termo amenizado, pois se entende que as discussões realizadas entre educação especial *versus* educação inclusiva estão longe de serem cessadas, principalmente quando vinculadas às pessoas surdas.

no financeiro aos sistemas públicos de ensino, ofertando e garantindo o Atendimento Educacional Especializado (AEE). Cabe destacar que o AEE “tem como função identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas” (BRASIL/SEESP, 2007, p. 10). Assim, as atividades que se desenvolvem no âmbito do AEE não são iguais às de sala de aula comum e não visam substituir a escolarização. Ainda conforme o mesmo Decreto, o “atendimento complementa e/ou suplementa a formação dos alunos com vistas à autonomia e independência na escola e fora dela” (BRASIL/SEESP, 2007, p. 10).

Além disso, a SEESP, ao longo dos anos, vem publicando cartilhas e fascículos sobre como tornar os sistemas de ensinos inclusivos e vem divulgando a forma de trabalhar com a diversidade dos alunos. Há documentos formulados que explicam o papel do município, da escola, da família, bem como a fundamentação filosófica e as experiências de municípios brasileiros que implantaram a política¹⁰.

Todos esses programas e as produções teóricas já existentes indicam que a proposta de educação inclusiva vem ganhando força no âmbito nacional. Considerando os dados disponibilizados pelo MEC e os programas de incentivo à educação inclusiva, constata-se a ampliação dessa política no Brasil. O censo realizado pelo INEP/MEC em 2010, deixa ainda mais nítida a expansão dessa política no país. Conforme seus dados (BRASIL/INEP, 2010, p. 13),

62,7% do total de matrículas da educação especial em 2007 estavam nas escolas públicas e 37,3% nas escolas privadas. Em 2010, estes números alcançaram 75,8% nas públicas e 24,2% nas escolas privadas, mostrando claramente a efetivação da educação inclusiva e o empenho das redes de ensino em envidar esforços para organizar uma política pública universal e acessível às pessoas com deficiência.

¹⁰ Todos esses documentos estão disponíveis no endereço eletrônico da SEESP no link de publicações: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12625&Itemid=860.

Assim, pode se constatar que o direito à educação das pessoas com deficiência em escolas regulares está se desenvolvendo, aumentando cada vez mais o número de matrículas de crianças/adolescentes com deficiência. E a educação nesses espaços passa a ser vista como direito de todos quando reconhece e trabalha com a diversidade.

3. Concepções e expectativas de responsáveis por crianças e adolescentes com deficiência em relação à educação inclusiva

Diante desse novo cenário de ações para inclusão das pessoas com deficiências, novas expectativas emergem, principalmente entre os responsáveis pelas crianças e adolescentes. A educação inclusiva passa a ser um novo modo de conceber a educação e a inserção de seus filhos no ambiente escolar e na sociedade.

Conhecer o que significa a educação inclusiva para o núcleo familiar permite à escola compreender as expectativas criadas em relação a sua função social, facilitando o diálogo e evidenciando pontos que possam requerer o uso de momentos formativos com os responsáveis por crianças e adolescentes para elucidar possíveis equívocos, ou para desenvolver habilidades necessárias ao acompanhamento dos educandos. Por outro lado, pode indicar à escola deficiências que precisam ser superadas.

Para ilustrar, apresenta-se a seguir parte dos resultados de uma pesquisa¹¹ realizada com os pais de alunos com deficiência, incluídos na rede regular de ensino do município de Pelotas no Rio

¹¹ Os dados apresentados resultam de uma pesquisa realizada por Flúvia Ribeiro Bastos para Dissertação do Mestrado em Política Social da Universidade Católica de Pelotas em 2012, sob a orientação da Prof^a. Dr^a. Vini Rabassa da Silva. Foram entrevistados quarenta pais de alunos com deficiências incluídos em nove escolas regulares municipais de ensino fundamental, de um total de 273 alunos matriculados em 13 escolas municipais de ensino fundamental da zona urbana com salas de recursos multifuncionais. A amostra foi calculada através do suporte probabilístico para variáveis qualitativas de população finita, e para definir o número de sujeitos pesquisados em cada escola foi utilizada a amostragem proporcional estratificada.

Grande do Sul, que sistematiza algumas concepções e aspirações sobre educação inclusiva.

Ter conhecimento sobre estas concepções e aspirações é importante para os agentes da educação escolar, pois eles interferem diretamente na relação família e escola, além de poderem indicar aspectos a serem revisados e ou melhorados no processo pedagógico, e na própria infraestrutura existente na escola. Por outro lado, se os pais e responsáveis tiverem clareza sobre o significado da educação inclusiva, eles poderão ser a força mais importante em reivindicações que visem materializar condições para a efetivação dos direitos de crianças e adolescentes com deficiência.

Quadro 2 - Concepções de pais e responsáveis sobre educação inclusiva

CATEGORIAS	SIGNIFICADO
Convivência	Educação inclusiva é a convivência de todos os sujeitos no mesmo espaço, dessa forma, educação inclusiva é fazer com que pessoas com e sem deficiência possam interagir dentro dos espaços escolares.
Direito	A educação inclusiva é um direito da pessoa com deficiência que deve ser garantido pelo Estado.
Inclusão	A educação inclusiva é a inclusão das pessoas com deficiência nas escolas regulares, devendo a escola estar adaptada para receber todas as pessoas independentemente de suas limitações, garantindo acesso, permanência e a participação de todos os cidadãos.
Integração	A educação inclusiva é a inserção de pessoas com deficiência nas escolas regulares para que elas possam receber o ensino “normal” e consigam, dessa forma, adaptar-se à normalidade do ensino.

Igualdade de oportunidades	Educação inclusiva significa melhorar a escola, a educação como um todo, trabalhando com as diferenças para que se construa um novo entendimento sobre a criança e o adolescente com deficiência. A educação inclusiva gera igualdade de oportunidades no ensino.
----------------------------	---

Fonte: Bastos (2012)

As concepções apresentadas no Quadro 2 permitem identificar diferentes compreensões sobre educação inclusiva. É possível perceber de forma mais detalhada em alguns relatos das entrevistas a maior ou menor compreensão não somente do seu significado, mas também dos objetivos que ela deve alcançar, como pode ser melhor percebido no relato transcrito a seguir:

É uma coisa bem ampla e bem complexa. É muito mais que o teu filho tá matriculado na escola, isso não é educação inclusiva. Só o teu filho tá matriculado quer dizer que ele frequenta a escola. Educação inclusiva pra mim é mais do que isso, é ele tá matriculado, frequentando e participando de todas as atividades que são propostas pela escola e todas as atividades mesmo. Isso pra mim é que é educação inclusiva (ENTREVISTA n° 17).

A educação inclusiva é situada, também, como um direito da criança/adolescente com deficiência, o qual deve ser garantido pelo Estado, indo além das propagandas e sendo materializado com os devidos recursos. Interessante observar que a educação inclusiva também foi colocada como um direito das pessoas sem deficiência, considerando que todos merecem estar em contato com a diversidade, “todos ganham e aprendem com a inclusão” (ENTREVISTA n° 2).

Expressam-na, ainda, como importante para superar os preconceitos existentes, como um meio de garantir a convivência e o respeito às diferenças.

Eu acho que educação é tu participar, é tá junto, independente de tu tá acompanhando, é tu está ali junto. O aprendizado em si não é só pro meu filho que é preciso, mas pra todas as crianças. Todo ser humano tem aprendizado diferente, todas as pessoas têm uma dificuldade. Sabe, eu não vejo o meu filho como diferente. O meu filho é especial, acho que todo o ser a que Deus deu o sopro da vida é especial. Tu és especial, eu sou especial, meu filho é especial. Então a educação inclusiva é aquela que deixa o contexto geral, todos são iguais (ENTREVISTA n° 3).

Nessa transcrição pode-se identificar a educação inclusiva enquanto forma de igualdade, de equiparar as oportunidades de ensino, estando fundamentada pelo princípio de universalizar o acesso à educação.

As entrevistas realizadas permitiram notar que a confusão mencionada anteriormente sobre inclusão e integração também é realizada pelos pais/responsáveis, só de forma menos expressiva: “Acho que a educação inclusiva é a possibilidade de poder integrar eles assim na normalidade do ensino. É a possibilidade de poder dar a quem não é normal, aprendizado normal” (ENTREVISTA n° 12).

Essa manifestação traz presente o modelo médico de compreender a deficiência ainda presente no interior das famílias, enraizado no inconsciente social. Ele faz ser creditada à educação regular a função de normalizar para o “especial” estar mais próximo daquilo que a sociedade considera normal, ou seja, pessoas sem deficiência.

Ao se reportarem à educação inclusiva enquanto maneira de melhorar a educação, os sujeitos pesquisados foram além da perspectiva de a inclusão estar direcionada apenas às pessoas com deficiência. Eles conseguiram ultrapassar essa visão e avançar para a análise da educação inclusiva enquanto modo de estimular o convívio e o respeito com todas as pessoas que, por algum motivo tiveram a marca da discriminação em sua história, incorporando em seus discursos os princípios da Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994).

Desta forma, responderam a um dos desafios que a autora Carvalho (2009) expõe em seu trabalho, que é justamente este de conceber que a educação inclusiva não se direciona apenas à questão dos sujeitos com deficiência, mas que ela deve abranger todos os sujeitos, “respeitando as diferenças, sem, no entanto, pretender massificá-las com uma suposta homogeneização, caracterizando, assim, o que é melhor para o aluno” (ALVES, 2008, p. 103).

Além disso, a concepção de a educação inclusiva ser um direito da pessoa com deficiência ficou evidente no decorrer das entrevistas. Os sujeitos pesquisados posicionaram-se de forma clara, evidenciando que a maior parte dos pais/responsáveis conseguiram ultrapassar a visão assistencial da educação da criança/adolescente com deficiência, superando a ideia do favor e da caridade.

Uma constatação interessante foi a de os pais/responsáveis perceberem que não se pode mais tratar a inclusão de forma superficial. Eles não toleram mais leis e políticas apenas no plano discursivo. Por isso, relatam de forma consciente, sua preocupação com a existência do suporte necessário, a fim de seus filhos poderem permanecer nos espaços escolares regulares e deles participarem.

Eu acho que educação inclusiva é a criança que vai para uma sala de aula pra se entrosar com as crianças que não têm a mesma dificuldade que ele tem. Então, isso aí é inclusão, né? Porque não adianta nada tirar de um colégio especial e pôr em uma escola regular, e continuar com as mesmas coisas, por exemplo, ele sozinho. Ele com mais seis ou sete iguais a ele sem se misturar com os outros, entendeste? Então, eu acho que a inclusão é isso aí: a mistura de todas as raças, de todas as cores e de todas as dificuldades (ENTREVISTA nº 36).

Assim, é possível perceber que a percepção dos pais/responsáveis sobre educação inclusiva está bastante próxima da abordagem que a estudiosa Mantoan (2003) traz em seus trabalhos, palestras e pesquisas. A maioria deles tem clareza quanto

ao seu conceito. O relato, a seguir, sintetiza o avanço que a inclusão das pessoas com deficiência na escola regular representa na vida desses sujeitos.

Eu acho que a questão da inclusão é importante por isso: ela coloca eles em contato com o mundo exterior. A gente passou muito tempo que os pais acabavam escondendo os filhos dentro de casa. Enfim, achavam que os filhos não tinham capacidade. Inclusive de estar dentro de uma escola [...] e hoje a gente percebe que isso é um grande avanço assim pra essas crianças. Eu particularmente acho muito importante, sou a favor, penso que eles não têm que estarem segregados apenas em um núcleo comum (ENTREVISTA n° 9).

Em relação à escola, cabe destacar que foi atribuído, em diversas entrevistas, o sucesso das práticas escolares inclusivas à vontade da escola em atingir este objetivo: “Acho que a inclusão depende muito das pessoas que vestem a camisa, pessoas que têm vontade de fazer dar certo, acho que só todos unidos, um só não adianta querer fazer alguma coisa” (ENTREVISTA n° 6).

Desta maneira, retoma-se o comentado anteriormente: se a escola não tiver interesse em buscar constantemente os recursos necessários e lutar junto com os pais pela educação, o ensino inclusivo não dará certo. No entendimento dos responsáveis, se a escola não estiver disposta a realizar mudanças em seu ensino a educação inclusiva não conseguirá ser desenvolvida. Por isso, a educação inclusiva necessita de profissionais que acreditem no seu potencial e estejam dispostos a lutar por um ensino capaz de contemplar todos os seres humanos, sem distinção.

Por fim, embora os sujeitos entrevistados conceituem educação inclusiva através dessas cinco principais categorias, sendo otimistas em relação a ela, durante as entrevistas, salientaram que isto é o seu entendimento e sua expectativa quanto à inclusão escolar, mas que nem sempre o conceito é aplicado nas práticas escolares.

Foi constatado que eles entendem essa política como um avanço para a história do sujeito com deficiência e esperam que aos poucos, a teoria e os conceitos da educação inclusiva sejam

adotados em todas as escolas regulares. E, ainda, que escola e família necessitam trabalhar junto na construção desta nova maneira de educar para que a inclusão seja possível.

Considerações Finais

Diante do exposto, destacam-se alguns aspectos importantes a respeito do tema. A inserção da pessoa com deficiência nas políticas e programas sociais brasileiros remete a uma conquista histórica, na qual o sujeito com deficiência passa a ocupar seu lugar na sociedade, ganhando maior visibilidade.

Embora fosse previsto desde a Constituição Federal de 1988 que a educação do cidadão com deficiência seja realizada preferencialmente na rede regular de ensino, apenas em 2007, foi formulada uma política pública específica para incentivar os espaços escolares a serem inclusivos, nos quais todas as pessoas, sem discriminação, possam ter acesso às escolas regulares e usufruírem dos mesmos direitos.

Assim, o objetivo a ser alcançado nas escolas é promover uma educação para todos os alunos, na qual sejam disponibilizados os elementos necessários para incentivar autonomia, participação e aprendizagem das crianças/adolescentes com deficiência, promovendo novos valores e práticas educacionais. Mas, implantar uma política com esse enfoque não é tarefa fácil, necessita de investimento econômico, além de uma proposta pedagógica eficiente e da construção de uma cultura de respeito às diferenças na somente na comunidade escolar, mas na sociedade como um todo.

Desta maneira, trabalhar com a questão da inclusão da pessoa com deficiência impõe muitos desafios, pois vai contra toda uma cultura que vem sendo propagada há longo tempo. Assim, é preciso ter claro que a inclusão das pessoas com deficiência na sociedade não irá acontecer rapidamente.

E mais, importa ressaltar, ainda, estar sendo esta nova maneira de desenvolver a educação para pessoa com deficiência o foco de

muitos estudos, pesquisas e também polêmicas, pois, ainda se questiona se este é o melhor caminho para garantir inclusão¹² e acesso ao direito educacional.

Embora estas dúvidas sejam pertinentes, é impossível negar que a formulação de uma política social com o objetivo de incluir crianças/adolescentes desde a educação básica representa uma grande conquista para a efetivação do direito à educação da pessoa com deficiência e proporciona, além disso, a tematização da diversidade desde a infância, criando uma cultura de convívio natural com a diferença.

Desta maneira, a educação inclusiva, que já é compreendida pela grande maioria dos pais/responsáveis por crianças e adolescentes com deficiência cria muitas expectativas, reforçando a vontade de lutar pela inclusão social e pelo respeito às diferenças, o que certamente necessita encontrar receptividade nos agentes envolvidos diretamente com a educação formal.

Apesar das dificuldades, a inclusão escolar é apontada pelos pais/responsáveis como um real progresso, sem retrocesso, ou seja, sem retorno ao pensamento de o único lugar para crianças/adolescentes com deficiência educarem-se seja o das escolas especiais. Esse dado demonstra um aspecto positivo, pois a política é reconhecida como uma conquista para efetivar o direito à educação desses sujeitos.

Espera-se, portanto, que nos próximos anos, ela seja fomentada e fortalecida com a construção no interior das escolas brasileiras de práticas inclusivistas e não integracionistas. Isto é, deseja-se que a pessoa com deficiência seja considerada na sociedade como cidadã, tendo todos os direitos respeitados, principalmente o direito à educação. E, para que isso ocorra, é importante a formação de uma nova cultura, inclusão de novos conhecimentos pedagógicos e o desenvolvimento de habilidades para a lida com pessoas com deficiência, particularmente em todos os agentes envolvidos diretamente na educação escolar, os quais, além de contarem com

¹² Neste trabalho, compreende-se a inclusão da pessoa com deficiência na sociedade enquanto uma metodologia de ação que visa garantir o acesso aos direitos sociais, permitindo que as pessoas com deficiências consigam usufruir os direitos constitucionais previstos, participando da sociedade e exercendo sua cidadania.

infraestrutura adequada, deverão trabalhar de forma interdisciplinar com a participação de profissionais da área da educação, da psicologia, do serviço social e da saúde para responderem de forma integral às necessidades de crianças e adolescentes. Portanto, a educação de política inclusiva supõe, também, uma nova concepção na gestão da política educacional.

Referências

ALVES, Cristina Nacif. O coordenador pedagógico como agente para a inclusão. In: SANTOS, Mônica Pereira dos; PAULINO, Marcos Moreira. **Inclusão em educação: culturas, políticas e práticas**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2008. p. 83-106.

BASTOS, Flúvia Ribeiro. **Política de Educação Inclusiva em Pelotas: percepções e interpretações dos responsáveis pelos alunos com deficiência incluídos nas escolas regulares municipais**. 2012. Dissertação (Mestrado) – Mestrado em Política Social, Universidade Católica de Pelotas, Pelotas, 2012.

BRASIL. **Diretrizes nacionais para a educação especial na educação Básica**. Brasília: MEC/SEESP, 2001.

BRASIL. **Resolução nº 2 Legislação da educação especial**. CNE: 2001. Disponível em: <http://www.ismart.org.br/downloads/ldb_destacada.pdf>. Acesso: 13 de julho de 2009.

BRASIL. **Decreto Legislativo nº 5.296** de 2 de Dezembro de 2004. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm>. Acesso em: 26 dez. 2011.

BRASIL. **Política de educação especial na perspectiva da educação inclusiva**. Ministério da Educação/ Secretaria de Educação Especial: 2007. Disponível em:

<<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/politica.pdf>>
Acesso em: 15 nov. 2010.

BRASIL. **Censo Escolar de 2010**. INEP/MEC. 2010. Disponível em: <www.inep.gov.br/download/censo/2010/divulgacao_censo2010_201210.pdf>. Acesso em: 23 fev. 2011.

BRASIL. **Ministério da Educação**. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br>> Acesso em: 31 out. 2010.

BRASIL. **A inclusão social das pessoas com deficiência**. Ministério da Saúde. Disponível em: <<http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/A%20INCLUSAO%20SOCIAL%20DAS%20PESSOAS%20COM%20DEFICIENCIAS.pdf>> Acesso em: 13 nov. 2009.

BRASIL. **Programa Educação Inclusiva: Direito à Diversidade**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=250:educacao-inclusiva-apresentacao&catid=153:educacao-inclusiva-direito-a-diversidade&Itemid=463> Acesso em: 23 set. 2010.

BRASIL. **Secretaria de Educação Especial**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=288&Itemid=355> Acesso em: 16 nov. 2010.

CARVALHO, Rosita Edler. **Educação Inclusiva: com os pingos nos "is"**. 6 ed. Porto Alegre: Mediação, 2009.

DELOU, Cristina Maria Carvalho. A educação especial e a educação inclusiva no cenário brasileiro: contextualização do problema. In: ROSA, Suely Pereira da Silva; DELOU, Cristina Maria Carvalho; OLIVEIRA, Eloiza da Silva Gomes de (Orgs.). **Fundamentos Teóricos e metodológicos da inclusão**. Curitiba: IESDE, 2008.

FERNANES, Francisco; LUFT, Celso Pedro; GUIMARÃES, F. Marques. **Dicionário brasileiro Globo**. 43 ed. São Paulo: Globo, 1996.

FOGLI, Bianca Fátima Cordeiro dos Santos; FILHO, Lucindo Ferreira da Silva; OLIVEIRA, Margareth Maria Neves dos Santos. Inclusão na Educação: uma reflexão crítica da prática. In: SANTOS, Mônica Pereira dos; PAULINO, Marcos Moreira. **Inclusão em Educação: culturas, políticas e práticas**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2008. p.107-122.

GUIJARRO. Maria Rosa Blanco. Inclusão: um desafio para os sistemas educacionais. In: BRASIL. **Ensaio pedagógicos: construindo escolas inclusivas**. 1. ed. Brasília: MEC/SEESP, 2005. p. 07-14.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003.

NUNES, Murilo Cabral. **A formação docente e o paradigma da educação inclusiva**: estudo de caso em escola municipal de POA. 2008. Monografia (Graduação) - Curso de Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica, Porto Alegre, 2008. Disponível em:

<<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/graduacao/artic/view/5036>> Acesso em: 10 ago. 2009.

ONU. **Convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência**. 2006. Disponível em: <<http://www.assinoinclusao.org.br/downloads/convencao.pdf>>. Acesso: 12 set. 2009

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão: construindo uma sociedade para todos**. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

SERRA, Dayse. Inclusão e ambiente escolar. In: SANTOS, Mônica Pereira dos; PAULINO, Marcos Moreira. **Inclusão em Educação:**

culturas, políticas e práticas. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2008, p. 31-44.

SKLIAR, Carlos (Org). **Educação e exclusão**: abordagens sócio-antropológicas. Porto Alegre: Mediação, 1997.

SPERONI, Karine Sefrin. **A política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva**: considerações sobre as facetas do novo paradigma. Jun. 2010. Disponível em <www.partes.com.br/educacao/politicanacionalde_educacao.asp> Acesso em: 10 dez. 2010.

UNESCO. **Declaração mundial sobre educação para todos**: satisfação das necessidades básicas de aprendizagem. 1990. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0008/000862/086291por.pdf>>. Acesso em: 16 maio 2010.

UNESCO. **Declaração de Salamanca**. 1994. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>>. Acesso em: 15 maio 2010.

WERNECK, Claudia. **Manual da mídia legal**: comunicadores pela inclusão. Rio de Janeiro: WVA, 2002.

Recebido em 07/03/2015
e aceito em 20/04/2015.

Resumo: *Nas últimas décadas o direito à educação da criança com deficiência vem sendo promovido principalmente através da perspectiva inclusivista. Considerando ser a educação inclusiva uma proposta emergente na sociedade contemporânea com inúmeros desafios este estudo tem o objetivo de estimular a continuidade e o aprofundamento da discussão a cerca da inclusão escolar abordando o tema através da perspectiva dos pais de crianças com deficiência. Conhecer as expectativas de responsáveis a respeito da inclusão escolar pode ser um valioso meio para direcionar ações que visem superar alguns dos desafios da política educacional inclusiva. Para isso, inicia com uma breve retomada das características da educação inclusiva, e da política nacional de educação inclusiva, seguida de resultados da pesquisa de campo realizada com pais de alunos com deficiência, incluídos na rede regular de ensino municipal de Pelotas no Rio Grande do Sul, sistematizando algumas concepções e aspirações sobre a inclusão escolar.*

Palavras-chave: *pessoa com deficiência, inclusão escolar, educação inclusiva.*

Title: *Inclusion of person with disabilities in regular school: advances and expectations*

Abstract: *In recent decades the right to education of children with disabilities has been promoted mainly through the inclusive perspective. Considering the inclusive education to be an emerging proposal in contemporary society with numerous challenges, this study aims to stimulate the continuity and deepening of the discussion about the school inclusion addressing the theme through the perspective of parents of children with disabilities. Knowing the expectations of responsible people regarding school inclusion can be a valuable medium for direct actions aimed at overcoming some of the challenges of inclusive educational policy. To do this, start with a brief resume of the characteristics of inclusive education, and national policy of inclusive education, followed by results from field research conducted with parents of students with disabilities, included in regular network of municipal school of Pelotas, Rio Grande do Sul, by systematizing some conceptions and aspirations about school inclusion.*

Keywords: *person with disabilities, school inclusion, inclusive education*
